



**OS DESAFIOS DO GESTOR ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO  
E APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA  
ESCOLA ESTADUAL ESTEVÃO PINTO: AS ESPECIFICIDADES DAS  
EDUCANDAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

Belo Horizonte

2015

Luciene Maria de Assis Rodrigues

**OS DESAFIOS DO GESTOR ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO  
E APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA  
ESCOLA ESTADUAL ESTEVÃO PINTO: AS ESPECIFICIDADES DA  
DAS EDUCANDAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Me. Alexandre Gomes Soares

Belo Horizonte  
2015

Luciene Maria de Assis Rodrigues

**OS DESAFIOS DO GESTOR ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA  
ESTADUAL ESTEVÃO PINTO: AS ESPECIFICIDADES DAS EDUCANDAS EM  
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

---

Prof. Alexandre Gomes Soares (Orientador)

---

Prof.(a) (Avaliador/a)

Belo Horizonte, Novembro de 2015.

## DEDICAÇÃO

Dedico este trabalho ao Professor Alexandre Gomes pelos incentivos e empurrões necessários para minha arrancada final.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, à minha família pelo incentivo nesse período, aos meus colegas de grupo. Ao Professor Alexandre pelo suporte e presença virtual sempre que necessitei de orientação, apoio e suporte para a realização e finalização do curso.

## RESUMO

A presente análise crítica tem como objetivo geral analisar o papel do gestor no processo de ensino e aprendizagem na Escola Estadual Estevão Pinto. Para cumprir este objetivo foi utilizada a metodologia bibliográfica e documental. Ainda nesta relação adotei como aporte teórico os seguintes autores: Paulo Freire, Heloisa Lück, João Ferreira de Oliveira, Karine Nunes de Moraes e Luiz Fernando Dourado, e relação com a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Palavras chave: Gestão, gestão democrática, autonomia, participação, Projeto Político Pedagógico.

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	08
2. Desenvolvimento.....	09
2.1. As educandas da EJA em privação de liberdade.....	09
2.2. O gestor como líder na escola no sistema educativo e prisional .....	11
2.3. O corpo docente na Escola Estadual Estevão Pinto .....	13
2.4. Aprendizagem das educandas no contexto de privação de liberdade.....	14
3. Considerações Finais.....	17
4. Referências bibliográficas.....	18
5. ANEXOS.....	20

# **OS DESAFIOS DO GESTOR ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA ESTADUAL ESTEVÃO PINTO: AS ESPECIFICIDADES DAS EDUCANDAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

## **1. INTRODUÇÃO**

No percurso do curso de Especialização em Gestão Escolar foi muito refletido sobre o sentido do gestor democrático, seu papel, suas funções e a importância do desenvolvimento do trabalho em uma escola.

É importante caracterizar e analisar os muitos aspectos que influenciam na gestão escolar, tais como: administrativos, financeiros, pedagógicos, relacionamentos interpessoais, ambiente organizacional, processo ensino aprendizagem. Lidar com estas interfaces requer um profissional com tomadas de decisões, bem como uma equipe que esteja atuando junto à comunidade escolar.

Este trabalho busca compreender como os desafios do gestor escolar no processo de ensino e aprendizagem da Escola Estadual Estevão Pinto. Horas de efetivo trabalho com aluno, da Alfabetização ao Ensino Médio, incluindo o planejamento, regência e avaliação. O apoio para este projeto foi através dos textos disponibilizados pelo Curso de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como embasamento teórico busco argumentação na produção dos autores João Ferreira de Oliveira, Karine Nunes de Moraes e Luiz Fernando Dourado (2008) indicam no texto “Gestão Escolar Democrática: Definições, princípios, mecanismos de sua implementação”, vários caminhos possíveis de percorrer, com apoio da comunidade escolar e de sua participação efetiva:

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. (OLIVEIRA, MORAES, DOURADO, 2008, p.4)

Neste sentido acima é importante indicar que é um por meio de um processo gradativo e construído coletivamente que se alcança uma gestão democrática. Cabe destacar que nesta análise considero como contraponto o Projeto Político

Pedagógico que foi desenvolvido da Escola Municipal Caio Líbano. O projeto mencionado é parte integrante do processo na formação de um gestor escolar.

A Escola Estadual Estevão Pinto atende as internas privadas de liberdade, maiores de 18 anos, procedentes de diversas partes do Estado e do País do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto<sup>1</sup>, que não possuem escolarização ou necessitam completar a educação básica. Uma parceria de cooperação técnica entre as Secretarias de Estado de Minas Gerais da Educação e de Defesa Social, assinado em 2004. Esse convênio abrange além do sistema prisional o sistema socioeducativo, caracterizado pelo atendimento aos adolescentes em conflito com a lei.

A Escola atende à modalidade de Educação de Jovens e Adultos, nos seguintes níveis: 1º e 2º segmentos e Ensino Médio, possui 21 profissionais da educação, sendo 01 Supervisora Escolar, 17 professores, 02 auxiliares técnicos, 01 diretor. A capacidade de atendimento atual da Escola são de 148 vagas, vale ressaltar que existe uma grande rotatividade de matrículas das internas.

A metodologia deste trabalho será de cunho bibliográfico e documental, no qual busco compreender qual o papel que o gestor desempenha no processo de ensino e aprendizagem da Escola Estadual Estevão Pinto.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. As educandas da EJA em privação de liberdade**

O público da Educação de Jovens e Adultos são internas do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, sentenciadas ou provisórias, nos regimes fechado, semiaberto e albergadas sem trabalho. Elas buscam realizar sua escolaridade, mas a evasão e abandono são altos.

Dentre os motivos da rotatividade são: alvarás, mudança de regime do fechado para o semiaberto, saídas temporárias, problemas emocionais, psicológicos e familiares. Nessa etapa o gestor tem uma atuação importante: conversar com

---

<sup>1</sup> O Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto localiza-se em Belo Horizonte –MG, no Bairro Horto Florestal, zona Leste da capital. Ele foi construído em 1948 e inaugurado em 1955.

aluna e despertar novamente o desejo de retornar a escola, acompanhar a frequência em sala de aula, interagir com os professores para que estes alimentem o desejo de continuar, através de atividades diferenciadas, solicitar atendimentos ao corpo técnico da unidade prisional, para que aluna não desista.

É comum quando as internas mudam de regime se afastarem da escola, pois imediatamente quando recebem esse benefício, tem programadas em suas saídas temporárias durante o ano. As internas que não apresentam compromisso, muitas vezes aproveitam desse benefício e não retornam. Apesar de estarem longe de suas famílias, elas tem a concessão de estarem falando ao telefone e visitas a cada quinze dias, nesse momento ficam sabendo dos problemas e como não tem a resolução ficam deprimidas, desanimadas, refletindo na escola.

Neste contexto vale destacar que segundo Denise Carreira, Relatora Nacional para o Direito Humano à Educação, afirmou, com base em missão realizada em 2009 em prisões brasileiras que a educação,

[...]é ainda vista como um “privilegio” pelo sistema prisional. “Professores e professoras afirmam sentir o espaço prisional como um ambiente hostil ao trabalho educacional e a educação se constitui, muitas vezes, em ‘moeda de troca’ entre, de um lado, gestores e agentes prisionais e, do outro, encarcerados, visando à manutenção da ordem disciplinar”. Além disso, enfatizou, há um conflito cotidiano entre a garantia do direito à educação e o modelo vigente de prisão, que está marcado pela superlotação e violações múltiplas e cotidianas de direitos, bem como pelo superdimensionamento da segurança e de medidas disciplinares. (CARREIRA,2010).

O trabalho da Escola Estevão Pinto ocorre diariamente com as internas, em salas de aulas e nos alojamentos para que não desistam da escola, seja ele por causa do trabalho remunerado ou pelos procedimentos internos da Unidade Prisional. A gestão da Escola Estadual Estevão Pinto participa do processo de ensino aprendizagem, acompanha os projetos desenvolvidos pela Escola desde a discussão até a culminância, colabora nos planejamentos e avaliações, discussões coletivas entre os envolvidos, evidenciando o papel do gestor como articulador e estimulador da educação escolar.

Além disto, compartilho da percepção de Julião e Paiva (2010) sobre a educação em prisões refere-se à oferta de educação como direito de jovens e adultos em privação de liberdade, no marco dos direitos humanos, em modalidade de atendimento que considera necessidades específicas de aprendizagem e

condições de oferta. Educação em prisões trata de sujeitos da diversidade no rol dos muitos sujeitos diversos aos quais é devido o direito à educação.

## **2.2. O gestor como líder na escola no sistema educativo e prisional**

Até bem pouco tempo o diretor tinha o papel central da Escola e sua atuação era de dirigir administrativamente e financeiramente a Escola. Com o passar do tempo esse processo teve mudanças na nomenclatura e no modo de trabalho, compreendendo que o administrativo e pedagógico se relacionam.

Ao gestor cabe se envolver em todas as áreas: administrativa, financeira e pedagógica. No sistema prisional esse relacionamento fica maior devido ao número de funcionários e alunos, que são menores que uma escola regular fora do sistema prisional. Não é somente uma mudança de nomenclatura e sim de postura, esse transitar entre as áreas. Segundo Heloisa Lúcka gestão educacional abrange:

[...]a articulação dinâmica do conjunto de atuações como prática social que ocorre em uma unidade ou conjunto de unidades de trabalho, que passa a ser o enfoque orientador da ação organizadora e orientadora do ensino, tanto em âmbito macro (sistema) como micro (escola) e na interação de ambos. (LUCK,2015, p.5).

Os gestores das escolas estaduais de Minas Gerais, inclusive do sistema prisional seguem a determinação da Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 Art. 64, ele deverá ter curso de graduação em pedagogia ou licenciatura plena na área. Além disto, critérios específicos da Resolução nº 1.812, de 22 de março de 2011 conforme indica o artigo I

[...] – ser Professor de Educação Básica ou Especialista em Educação Básica, detentor de cargo efetivo, efetivado ou de função pública estável; II - ter sido aprovado em exame de Certificação Ocupacional de Dirigente Escolar realizado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais em 2007 ou 2010, no caso de Diretor; III - possuir curso de licenciatura plena ou equivalente, ou curso de Pedagogia; IV - estar em exercício na escola para a qual pretende candidatar-se.(MINAS GERAIS, 2011, p.2)

No sistema prisional não ocorre eleição para o cargo de diretor, o processo é da seguinte forma: o nome do candidato à vaga é levado para análise dos Superintendentes Regionais das Secretarias de Estado da Educação e de Defesa

Social. As Secretarias buscam candidatos de tenham experiência com a educação, seja professor ou especialista.

O gestor da Escola Estadual Estevão Pinto, deve ter acima de tudo uma boa percepção, flexibilidade e equilíbrio para lidar com as duas Secretarias de Estado e organização que ultrapasse o conceito e a técnica de gestor. A autora Heloísa Lück (2015,p.47) descreve que “o termo gestão tem sido muitas vezes utilizado como se correspondesse a simples substituição ao termo administração”.

Atualmente a gestora tem 52 anos de idade, e atua como gestora há 08 anos, possui experiência em sala de aula em áreas de risco, supervisão escolar, trabalhou como pedagoga do sistema socioeducativo (menores em conflito com a lei), no processo de criação das Escolas para esses jovens, nas cidades de Governador Valadares, Teófilo Otoni, Montes Claros e Belo Horizonte, sendo que esta experiência foi de relevância para o cargo assumido.

A gestão da Escola Estadual Estevão Pinto busca no diálogo e a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar que é formada por todos os servidores da Escola de acordo com a Instrução para a Organização da Educação Básica de Jovens e Adultos nas Escolas Estaduais localizadas em Penitenciárias, da Secretaria de Educação, Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino (2007).

Esse diálogo acontece diariamente entre os servidores e unidade prisional, sendo esse último representado pelas pedagogas. Todos os projetos, problemas relacionados com o desenvolvimento das atividades, propostas, reclamações são discutidos semanalmente em reuniões, quando esses são de urgência são tratados entre a escola e unidade e repassado aos professores. Pode-se ver no caso de indisciplina das educandas são encaminhadas para um conselho disciplinar preventivo.

A função desse conselho disciplinar preventivo é formada por técnicos, que terão a responsabilidade de conversar e de ouvir a aluna, lembrando-lhe seus direitos e deveres. Nesta conjuntura os autores Oliveira, Moraes Dourado O papel político-pedagógico do diretor”, nos coloca que

[...] o redimensionamento do papel político-pedagógico do diretor implica a criação e/ou consolidação de espaços de gestão colegiada,

onde a gestão se efetive por meio de processos de articulação entre todos os que compõem a comunidade escolar, no sentido de construir uma gestão democrática.(DOURADO; OLIVEIRA; MORAES; s.d. p.1).

### **2.3. O corpo docente na Escola Estadual Estevão Pinto**

O professor e ou a professora de uma escola do sistema prisional desempenha um papel relevante na vida de sua aluna/interna e Paulo Freire relata essa representação em Pedagogia da Autonomia (2015) p.43: “Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor. O que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora ou como contribuição à assunção do educando por si mesmo”.

É comum a aluna conversar questões pessoais com os professores, desta forma existe dias em que o professor tem que mudar sua dinâmica de aula para escutá-las. O professor não dispõe de todo material que normalmente tem em uma escola, deve-se levar em conta que muitos materiais podem ser usados como armas em um motim ou mesmo em brigas de internas. Vale ressaltar que a Escola não tem agentes penitenciários acompanhando os professores em sala e que a Escola tem pouquíssimos problemas de disciplinas.

Os professores são orientados a fazerem atividades lúdicas como, gincanas de saberes, apresentações de trabalho, filmes, vídeos e tem os jogos olímpicos de primavera que movimenta muito a Escola, intercalando com as aulas rotineiras. A constituição do corpo docente segue as normas definidas anualmente pela Secretaria de Estado da Educação através de resolução, com exceção da designação, que tem suas vagas divulgadas nos portais das Superintendências.

No caso da escola tida em unidade prisional os candidatos às vagas devem enviar seu currículo para o e-mail da Escola ou entregar pessoalmente na portaria da unidade prisional. O currículo será analisado e o candidato a vaga passará por entrevistas com a Escola e o Setor Pedagógico, se aprovados cumprem o estabelecido pelas resoluções da Secretaria de Educação para as designações.

Alguns critérios estabelecidos pela Escola conjuntamente com o Setor Pedagógico da Unidade Prisional, que são: servidor possuir formação em nível superior, ser equilibrado emocionalmente para lidar diariamente com as alunas, ter

bom relacionamento interpessoal entre colegas e alunas, ser flexível, saber trabalhar coletivamente projetos, ser dinâmico. Foram necessárias as colocações de alguns critérios, pois é comum o servidor iniciar seu trabalho em uma escola do sistema prisional e não dar continuidade ao contrato devido não saber lidar com as situações diárias tendo assim um desgaste emocional e muitas vezes psicológico.

#### **2.4. Aprendizagem das educandas no contexto de privação de liberdade**

Uma das maneiras de pensar a aprendizagem é aquela descrita pela Abordagem Histórico-cultural (VYGOTSKY, 1994). Nesta perspectiva a autora Maria Inês Mafra Goulart (2010) destaca que a aprendizagem

[...] é resultante de uma rede de interações sociais a que os sujeitos estão submetidos em seu meio cultural. Aprender, portanto, é atribuir significado às experiências vividas pelos sujeitos. Essa forma de ver a aprendizagem nega a visão de que a aprendizagem ocorre dentro da mente de um único indivíduo e vê a aprendizagem distribuída entre as pessoas, os artefatos materiais e os recursos semióticos. (GOULART,2010, p.1)

Ainda nesta contexto é importante é pensar na Educação de Jovens e Adultos Prisional. A autora Carolina Bessa de Oliveira (2013) ressalta a elaboração das Diretrizes Nacionais para Educação nas Prisões, expressas na Resolução nº 03 de 11 de março de 2009, que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça do Brasil com objetivos bem delineados. Essas diretrizes apresentam parâmetros nacionais relacionados a três eixos: 1) gestão, articulação e mobilização; 2) formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta; e 3) aspectos pedagógicos.

Oliveira (2013) ainda destaca que

[...] as diretrizes legitimam a educação escolar nas prisões, tendo sido ratificadas pelo Ministério da Educação do Brasil, por intermédio da Resolução nº 02 de 19 de maio de 2010 do Conselho Nacional de Educação, a fim de nortear pedagogicamente a oferta de educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. (OLIVEIRA,2013, p.958).

Nesta relação com estes marcos normativos e na perspectiva de formar uma aluna apta a lidar com os desafios inerentes a sua reinserção social, a Escola Estevão Pinto tem como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais (1988), e

a Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos (2003), todos com a proposta de desenvolvimento de habilidades e competências para a formação de suas alunas. A Educação de Jovens e Adultos cabe ao gestor, garantir o cumprimento do mínimo de frequência necessária. Para as alunas que se ausentam das salas de aulas quando transferidas ou em processo de acolhida na Unidade, contemplado com benefício de saídas temporárias e aluna que permanecer em cela por determinação do conselho disciplinar, recebe um plano de estudos individual, elaborado pelo professor e acompanhado pelo gestor, fora do horário escolar. Assim que a aluna termina a atividade o gestor recolhe para correção e validação do professor e inspetor escolar.

O gestor também acompanha o dia a dia das aulas e também participa ativamente do conselho de classe, realizado pelos professores. Frequentemente as internas perguntam à gestora “como está o rendimento delas segundo os professores”.

O plano individual de estudos é um conjunto de textos e exercícios que serão utilizados para a realização de atividades como trabalhos, leituras e pesquisas, devendo estar em sintonia com os conteúdos, tem objetivo de garantir a continuidade do processo de aprendizagem, quando a interna não pode estar presente em sala de aula.

A Escola conta também com as atividades complementares, que são realizadas quando os professores não podem adentrar as salas de aulas/pátio devido a procedimentos de segurança ou qualquer outro imprevisto. São atividades elaboradas pelos professores que serão realizadas nos alojamentos e após correção pelo professor arquivadas na Escola, temos ainda, leituras de livros, danças, exibição de filmes com debates, oficinas profissionalizantes. Na ausência de professores, o que é muito comum, a Supervisora Escolar, a Diretora assume a sala de aula, pois não é permitida a liberação da turma por esse motivo. Esse é um problema que se apresenta com frequência na Escola, falta e licença para tratamento de saúde do corpo docente.

Diferente das escolas regulares, as escolas do sistema prisional<sup>2</sup> tem dificuldade em repor aulas aos sábados, pois esse dia é destinado às visitas das internas, somente atividades que envolvem as famílias são realizadas aos sábados. A organização curricular segue a determinada pela SEE-MG, sendo que a Educação Física no Sistema Prisional deverá ser trabalhada através de projetos integrados à proposta pedagógica da Escola. Esta disciplina foi inserida em caráter experimental através de projeto desenvolvido pelo gestor e aprovada pelo colegiado.

Vale comentar que, para a aula de Educação Física ser inserida na grade curricular foi elaborado uma sondagem a respeito dessa inserção. Sendo que das 120 alunas votantes, somente 09 foram contra, desse modo foi inserido esta disciplina de forma experimental.

Em 2013 como proposta/sugestão para melhorar o condicionamento físico, questões de saúde (diabetes, pressão alta), Educação Física constou na grade curricular da Escola. Foi um trabalho que exigiu um acompanhamento, pois na prática, poucas alunas participavam das atividades propostas, preferiam ficar sentadas conversando com as colegas, via-se um empenho maior das alunas em participarem somente nos jogos olímpicos de primavera.

As alunas mais com maior idade não participavam e alegavam vergonha, as jovens somente queriam jogos e outras preferiam usar esse tempo para conversar com as colegas, pois o único espaço onde se encontram é a Escola, ele não tem os agentes penitenciários por perto, os mesmos não ficam em sala ou no pátio, seu posto são nos corredores do andar de cima. Somente entram no espaço escolar quando solicitado por algum profissional da Escola, seja para evitar algum confronto entre as internas ou mesmo para retirá-la por outro motivo.

Devido à baixa adesão nas aulas de educação física, foi consenso entre a gestão, colegiado e alunas retirarem novamente a Educação Física da grade curricular e esta atividade ser trabalhada pelos professores como projeto. A Escola

---

<sup>2</sup> Segundo Carolina Bessa (2013) os dados oficiais do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça do Brasil, referentes a dezembro de 2010, descreviam que a população carcerária brasileira totalizava 496.251 pessoas presas, sendo 37.315 no Sistema Penitenciário do Estado de Minas Gerais. Desse total, 34.873 homens e 2.442 mulheres presas. Relatório disponível em:

<<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CP TBRNN.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

enfrenta diariamente um desafio, que é a questão do horário. Antes o início das aulas eram às 17h e término 19h30min, dessa forma atendia o interesse de todas as internas que gostariam de estudar. Recentemente o horário passou para as 14h e término às 16h30min, tendo que optar a interna pela escola ou o trabalho, pois os horários são incompatíveis.

As presas levam em consideração também a remissão de pena, que para cada 03 dias trabalhados serão reduzido 01 dia em sua pena, e a escola para cada 12h estudados será reduzido um dia em sua pena, acreditam ser mais vantajoso trabalhar do que estudar.

Pelo fato de terem que sustentar sua família, à maioria das internas fazem a opção pelo trabalho. A gestora tem papel importante nessa fase, mostrar que mesmo sendo importante o trabalho, o que fará diferença em sua vida quando sair da unidade será a Escola.

Para o próximo ano a proposta é que a Escola tenha dois turnos, pela manhã e à tarde, sendo que o turno vespertino será exclusivamente para atender às alunas que trabalham, sendo um ganho para aluna que não perderá a remuneração do trabalho e ainda poderá frequentar a escola.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste momento pode-se dizer que os desafios do gestor escolar no processo de ensino e aprendizagem da educação de jovens e adultos na Escola Estadual Estevão Pinto e as especificidades da dos educandos em privação de liberdade são diversas, mas o trabalho não acontece sozinho, pois conta com uma equipe que dá um bom suporte para as alunas, que procura estar sempre em busca de melhorar seu desempenho através da formação permanente e continuada.

É desafiador, pois o trabalho acontece com alunas em privação de liberdade e ou sentenciadas e que buscam através da escola estar integradas ao convívio de profissionais que tratam-nas como alunas de uma escola estadual com direitos e deveres de alunas. É revelador ouvir das educandas que *“aqui na Escola gente esquece que está presa”*, pois frases assim tornam o trabalho que é árduo,

gratificante. Podemos dizer que pelo trabalho realizado, temos uma reinserção após o período de privação e isto deve-se ao trabalho do gestor e do coletivo da escola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO EDUCATIVA (São Paulo). **Para Denise Carreira, no sistema prisional a educação é vista como um privilégio, não como um direito.** 2010. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=387>>. Acesso em: 01 out. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de diretrizes e bases da educação Nacional 9394**, de 1996. Brasília: Congresso Nacional, dez.1996 (Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional)

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação de Jovens e Adultos.** Proposta Curricular – 1º Segmento – Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação de Jovens e Adultos.** Proposta Curricular – 2º Segmento – Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução nº 03, de 11 de março de 2009.** Disponível em: <[www.mj.gov.br/cnppc](http://www.mj.gov.br/cnppc)>. Acesso em: 15 setembro 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros curriculares Nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>

Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 51ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GOULART, M.I. M. **Aprendizagem**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

[http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/O\\_Papel\\_PoliticoPedagogico\\_do\\_diretor\\_Joao\\_Ferreira\\_de\\_Oliveira\\_Karine\\_Nunes\\_de\\_Moraes\\_Luiz\\_Fernandes\\_Dourado.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/O_Papel_PoliticoPedagogico_do_diretor_Joao_Ferreira_de_Oliveira_Karine_Nunes_de_Moraes_Luiz_Fernandes_Dourado.pdf)> Acesso em 06 de agosto de 2014.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: Uma questão paradigmática**. 12<sup>a</sup> Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. Série Cadernos de Gestão. 2015.

MINAS GERAIS. **Resolução nº 1.812, de 22 de março de 2011**. Estabelece critérios e condições para a indicação de candidatos ao cargo de Diretor e à função de Vice -diretor de Escola Estadual de Minas Gerais e trata de outros dispositivos correlatos Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Atualizada em 2014. Acesso em 10 de abril de 2014.

OLIVEIRA, C. B. F. DE. A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). **Educação e Pesquisa** (USP. Impresso), v. 39, p. 955-968, 2013.

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F.. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. Sala Ambiente Políticas e Gestão na Educação. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Escola de Gestores da Educação Básica. 2. Ed. CD 1. MEC, 2008.

OLIVEIRA, João Ferreira de, Karine Nunes de Moraes, Luiz Fernando Dourado. **Gestão Escolar Democrática: Definições, princípios, mecanismos de sua implementação. Curso de Especialização em Gestão Escolar 2014**. Pólo de Belo Horizonte. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/direito/atividades.htm>.

OLIVEIRA, João Ferreira; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO Luiz Fernandes. **O papel político pedagógico do diretor**. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/direito/atividades.htm>>.

PAIVA, J.; JULIÃO, E.F. Educação em prisões. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

## **5. ANEXOS**

**ANEXO 1:** Projeto Político e Pedagógico da Escola Municipal Caio Libano Soares.



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
ESCOLA MUNICIPAL CAIO LÍBANO SOARES**

**GIOVANNA DE MELLO SALDANHA  
LUCIENE MARIA DE ASSIS RODRIGUES  
OTACÍLIO JOSÉ RIBEIRO  
VALÉRIA RODRIGUES DA COSTA**

**BELO HORIZONTE - MG**

**2014**

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO DA  
ESCOLA MUNICIPAL CAIO LÍBANO SOARES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Escola de Gestores da Educação Básica – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora AriadiaYlana Ferreira.

**BELO HORIZONTE – MG**

**2014**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
1. FINALIDADES DA ESCOLA .....	9
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	11
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa .....	11
2.2 Estrutura Organizacional Financeira .....	13
2.3 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	13
3. CURRÍCULOESCOLAR .....	15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	18
4.1 Organização e duração do curso .....	18
4.2 Corpo docente .....	19
4.3 Carga horária do aluno e frequência .....	19
4.4 Espaços físicos e sua utilização .....	20
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	21
5.1 Direção e Coordenação Pedagógica .....	21
5.2 Conselhos de Classe e Conselho de Turma .....	21
5.3 Conselho Escolar e Assembleia Escolar .....	22
5.4 Secretaria Escolar .....	23
5.5 Caixa Escolar .....	24
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	25
7. AVALIAÇÃO ESCOLAR .....	26
7.1 Concepção, processo e instrumentos de avaliação .....	27
7.2 Avaliação do projeto, do corpo docente e da escola .....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS .....	30

## INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional especialmente pensada para uma parcela da população que não se define apenas pelo recorte cronológico da juventude ou da vida adulta, mas por características socioculturais que tornam essas pessoas demandatárias de uma proposta política e pedagógica diferenciada (BELO HORIZONTE, 2012).

Reportando-se às especificidades do público da Educação de Jovens e Adultos - EJA e aos propósitos de identificação de habilidades e de construção de capacidades para a transformação desses sujeitos em atores sociais qualificados, é coerente considerar a EJA dentro de uma lógica não segmentada, que concatene Ensino Fundamental e Ensino Médio em uma única estrutura de Educação Básica. Na avaliação de diferentes instâncias que definem a conclusão do Ensino Médio como escolarização mínima, contribuindo para a superação da exclusão das classes menos favorecidas da população, justifica-se o entendimento da EJA como um processo único, harmônico e integrado em suas partes.

Partindo-se destas premissas apresenta-se, aqui, a Escola Municipal Caio Líbano Soares (EMCLS). A EMCLS é uma unidade pública, sem fins lucrativos, integrante da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, situada à Rua Carangola, 288 – 5º. e 6º. andares – Bairro Santo Antônio – Belo Horizonte – MG.

Criada em setembro de 1991, iniciou sua atuação com 20 turmas oferecidas somente no período noturno, atendendo adultos (principalmente funcionários da PBH (Prefeitura de Belo Horizonte) e da FHEMIG (Fundação Hospitalar de Minas Gerais)). Em 1993 ingressaram os primeiros alunos menores, o que provocou o aumento das discussões acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA no contexto da escola. No ano seguinte, a escola passou a funcionar nos três turnos e ampliou sua atuação para o Ensino Médio.

A partir de 2001 a escola passou a lidar também com alunos portadores de necessidades especiais, o que trouxe a discussão sobre metodologia, comportamento e adequação do trabalho aos novos alunos.

Atualmente, a escola tem três horários de funcionamento – manhã, tarde e noite – oferecendo a Educação de Jovens e Adultos, do Ensino Fundamental

ao Médio. Neste ano de 2014, especificamente, a população escolar está formada por um público bastante jovem. Cerca de sessenta por cento dos alunos têm idade inferior a vinte e cinco anos. Aproximadamente vinte e dois por cento dos alunos se concentram na faixa de vinte e cinco a quarenta anos e dezesseis por cento dos alunos estão acima de 40 anos.

Além disso, a escola oferece escolarização de Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos a fiéis, trabalhadores e pessoas da comunidade do entorno da Igreja Universal do Reino de Deus da Avenida Olegário Maciel, centro de Belo Horizonte. São duas turmas (uma à tarde e outra à noite), multisseriadas, com um único docente. O acolhimento desses alunos faz parte do projeto institucional "Turmas Externas" da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED). O público atendido na Igreja Universal é constituído de fiéis da igreja, embora seja aberto à comunidade. São alunos no processo de alfabetização, e alguns poucos em processo de certificação. Nesse grupo não há menores, só alunos idosos ou com limitações. Na perspectiva do atendimento ao direito à educação, a escola está sempre aberta a novas parcerias para acolhimento de novas turmas.

Embora situada no Bairro Santo Antônio, a EMCLS não atende aquela população e sim trabalhadores da região Centro-Sul de Belo Horizonte, que vêm de diferentes lugares da cidade, inclusive da região metropolitana, além de moradores dos aglomerados vizinhos, tais como Serra, Morro do Papagaio, Vila Santa Lúcia, Morro das Pedras, Acaba Mundo, São Lucas e Taquaril.

Há uma grande flutuação de alunos na EJA, por motivos diversos: desde as questões de trabalho, de saúde, familiares e, também (principalmente no caso dos mais jovens), pouca adesão aos princípios escolares. Este é um problema que vem sendo estudado pelos integrantes da escola e por outros interessados no âmbito de pesquisa, que buscam propor políticas públicas de melhor atendimento desta população. A quantidade de alunos da EMCLS varia durante o ano entre 700 e 1.000 alunos. Nos períodos iniciais do ano, chega-se a ter 1.400 matrículas. No decorrer do ano, devido à rotatividade própria do alunado da EJA, a população escolar apresenta períodos de maior redução, tais como empregos temporários de final de ano, férias e recessos escolares, caracterizando uma grande flutuação.

O público que busca a EMCLS é formado por jovens, adultos e idosos, pais e mães responsáveis diretos pela manutenção de seus domicílios ou filhos que assumem responsabilidades com a manutenção da família. Esses sujeitos buscam a EJA como início ou reinício de uma trajetória de escolarização até então não vivenciada. De modo geral, os alunos de EJA desta Escola vinculam-se aos setores menos favorecidos da sociedade, vivenciando, cotidianamente, situações de exclusão.

A esse público, somam-se adolescentes com idade entre 15 e 18 anos, que não encontram acolhida nas escolas regulares, em função da disparidade idade-tempo escolar, ou em decorrência de posturas inadequadas. É comum a esse público adolescente apresentar uma trajetória escolar extremamente complicada e, em muitos casos, revelar uma valoração negativa da instituição escolar. Entre eles, não são raras as situações de envolvimento em ações tradicionalmente vinculadas à noção de conflitos com a lei, aqui incluídos os alunos encaminhados pelos programas de proteção social e de acompanhamento de infratores.

Para o trabalho docente, são 44 profissionais com formação em Nível Superior completo, todos com o título de Especialização; registram-se cinco títulos de mestre e dois doutores em educação.

## **1. FINALIDADES DA ESCOLA**

A educação escolar contemporânea vem exigindo, cada vez mais, que os processos, vivências e saberes que se realizam no interior da escola sejam sistematizados e organizados no sentido de possibilitar a criação de propostas efetivas para a realização do trabalho escolar (SOUZA, 2005).

Nesse contexto, a elaboração de uma proposta pedagógica para a EJA deve considerar as peculiaridades que caracterizam essa modalidade de Educação Básica. Portanto, o Projeto Político e Pedagógico (PPP) da EMCLS objetiva a construção de diretrizes para um trabalho pedagógico adequado à realidade social, considerando o perfil do público atendido pela Escola e os parâmetros legais que organizam a EJA. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei n.º 9.394, de 1996, nos seus artigos 37º e 38º:

**Art. 37º** - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

**Art. 38º** - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

- I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;
- II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996).

A EMCLS entende que os educandos da EJA devem ser reconhecidos como sujeitos plenos, cidadãos portadores de direitos que lhes são atribuídos, pelo sentido de pertencimento a uma sociedade que se quer fundada nos princípios da democracia, do desenvolvimento social e do progresso humano. São sujeitos sociais concretos, com uma história de vida tecida nas relações familiares, nos grupos mais amplos de convivência e relação, nas condições de acesso aos bens culturais, sociais e materiais, que ajudam a dar forma e conteúdo à sociedade. São também sujeitos de cognição e corporeidade, portadores de cultura, valores, competências, conhecimentos, vivências e expectativas em relação à sociedade à qual se vinculam.

Esses alunos escolhem a EMCLS por vários motivos: como parte de um projeto pessoal de desenvolvimento, como meio de valorização social e ampliação de espaços de convivência ou, ainda, na expectativa de melhores oportunidades de acesso ao trabalho e de ascensão profissional. São diversos não apenas na idade e vivências que lhes são próprias, mas, também, no que diz respeito aos interesses e às formas de perceberem o ambiente escolar.

Para tal, a E.M.Caio Líbano se propõe a auxiliar seu aluno em sua inserção no mercado de trabalho, ampliando suas possibilidades de obtenção de renda, diminuindo a discriminação e a vulnerabilidade econômica. Nesse âmbito, busca parcerias que possibilitem novas frentes de capacitação para o mercado de trabalho.

## 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A EMCLS compartilha os espaços do Centro Educacional Professor Arthur Versiani Veloso, complexo que, além da E.M. Caio Líbano, abriga a E.M. Santo Antônio (EMSA), a Biblioteca Infantil da Secretaria Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Educação e todos os setores e gerências da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Trata-se de uma edificação antiga, de oito andares e subsolo que, até o final dos anos oitenta, abrigou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. As instalações físicas da escola estão distribuídas conforme quadro I – EMCLS: Instalações Físicas, a seguir.

**Quadro I – EMCLS: Instalações Físicas**

5º. Andar	6º. Andar
21 salas de aula, com área média de 36 m <sup>2</sup> ;	Secretaria escolar;
Sala da coordenação pedagógica;	Mecanografia;
Sala de auxiliares de serviços gerais e porteiros;	Caixa escolar;
Banheiro masculino e feminino;	Sala de vídeo;
Laboratório de ciências e aulas práticas;	Laboratório de informática;
Sala de artes;	Direção;
	Biblioteca escolar;
	Sala de professores incluindo lavabos

Cozinha pedagógica; Dois almoxarifados.	-masculino e feminino; Sala de informática dos professores e funcionários.
--	---

Além dessas dependências, a escola compartilha com as demais instâncias do Centro Educacional Professor Arthur Versiani Velloso (CEPAVV), os espaços da cantina e refeitório de alunos, e ainda dois auditórios, dois anfiteatros, ginásio coberto e quadra externa para práticas educativas, esportivas e recreativas.

A EMCLS tem demandado contínua construção e preservação de espaços de trabalho acolhedores e bem equipados, que favoreçam o trabalho docente e o processo de aprendizagem e socialização inerentes à ação escolar. A adequação do espaço físico e dos equipamentos às características próprias do alunado, inclusive daqueles com necessidades educativas especiais, pauta a ação dos gestores municipais e dos profissionais que atuam na instituição.

A escola está equipada com móveis e equipamentos fornecidos pela SMED, todos novos ou em bom estado de conservação. Os espaços da sala de vídeo e auditório estão equipados com equipamentos multimídia: televisão, aparelhos de som e de DVD e Data show. O Laboratório de informática tem 20 computadores com internet banda larga e dois auxiliares de informática, que atendem os três turnos. Além dele, uma sala de informática anexa à sala dos professores para uso exclusivo dos professores, com cinco computadores. O acervo da biblioteca, sempre renovado, consta de títulos variados, gibiteca, revistas diversas e jornais diários. Parte deste acervo vem diretamente da PBH ou do Governo Federal (através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE), por meio de assinaturas. A sala de artes conta com recursos financeiros da subvenção regular (SMED) para sua manutenção.

## **2.2 Estrutura Organizacional Financeira**

Desde o ano de 2013 a PBH criou o cargo de Gestor Escolar como cargo efetivo. Para tanto, realizou um concurso interno entre os servidores que se interessassem pelo cargo e, após seleção, capacitou-os para que assumissem a responsabilidade pela parte financeira de cada unidade escolar. A partir de então, todos os orçamentos, compras, depósitos, saldos bancários, pagamentos e afins, são por ele realizados e organizados em pastas para prestação de contas junto ao setor da SMED responsável pelas finanças das Caixas Escolares.

### **2.3 Estrutura Organizacional Pedagógica**

A escola deve viabilizar o acesso e a permanência do aluno, independentemente de ser ele alfabetizado ou não, de sua experiência escolar anterior, da apresentação do histórico escolar, ficando o discente, se necessário, sujeito à classificação, conforme previsto no artigo 24º da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996).

Desse modo, na escola EMCLS o ingresso dos alunos e a certificação podem ocorrer em qualquer época do ano, possibilitando que o aluno possa recuperar o tempo perdido, desde que respeitado o limite mínimo de carga horária cumprida (240h) e as habilidades e competências desenvolvidas e demonstradas. Assim, o aluno é protagonista de seu processo, cabendo a ele administrar seu tempo entre vida pessoal, laboral e escolar, definindo seus objetivos e cumprindo suas próprias metas.

O ingresso apresenta características distintas, de acordo com a idade, a história e a bagagem cultural de cada um. No caso dos alunos menores de idade, deve contar com a autorização de algum responsável maior de idade (pai, mãe ou outro responsável legal). Além disso, alguns documentos básicos, o histórico escolar e o limite mínimo de 15 anos para o fundamental e 18 anos para o ensino médio.

No caso dos adultos, além da avaliação quantitativa, o aluno passa por um período de avaliação qualitativo, no qual o(s) professor(es) tem (têm) a oportunidade de conhecer um pouco sobre a trajetória escolar (caso haja), o interesse, a necessidade e algumas de suas habilidades/capacidades. O ingresso não respeita prioritariamente ao critério de jurisdição quanto ao endereço domiciliar, como na grande maioria das escolas da RMBH, devido à

especificidade da EJA, pois muitos são indivíduos que trabalham nos bairros limítrofes ou na região central da cidade.

A enturmação dos estudantes acontece de acordo com sua trajetória e experiência escolar, além das avaliações diagnósticas. Após o período de acolhimento e avaliação, os alunos são agrupados de modo que melhor atenda sua vivência e necessidades. Este trabalho é uma atribuição dos professores, dos coordenadores e da direção escolar, que se reúnem semanalmente nos horários e tempos previstos para o planejamento das atividades pedagógicas. Todo o trabalho está pautado e ancorado em temas geradores, privilegiando a vivência dos sujeitos jovens e adultos e contemplam as questões do mundo do trabalho, da participação cidadã, da identidade e do projeto de vida do estudante, sempre atrelados às áreas do conhecimento.

No que se referem às ausências, os motivos devem ser apurados; os períodos devem ser flexibilizados para os alunos que precisem se afastar por motivo de trabalho, saúde, maternidade, acompanhamento de filhos, desemprego e impossibilidade temporária de se deslocar até a escola, devendo, nesse caso, haver acompanhamento do processo pela coordenação pedagógica e pelo corpo docente.

Como todas as escolas da PBH, o critério de ingresso de professores na EMCLS se dá por concurso público. Os servidores são encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as demandas e necessidades de cada unidade, sendo eles a quantidade de alunos, o horário de atendimento e a disciplina específica (quando for o caso).

A constituição da coordenação, do corpo docente e da direção da Escola orienta-se não só por critérios normativos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), como também por aqueles necessários ao trabalho com a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), definidos pelo coletivo da Escola e adequados a seus projetos específicos. Segundo os critérios da SMED, a direção escolar é eleita pela comunidade escolar por um período de três anos, permitindo-se uma nova candidatura ao final do mandato. A coordenação pode ser indicada pela direção. A EMCLS opta pela eleição dos coordenadores entre seus pares.

Atualmente, todos os 44 profissionais da escola possuem formação escolar com nível superior completo, todos com o título de Especialização; registram-se cinco títulos de mestre e dois doutores em educação.

Os servidores da manutenção, limpeza e cantina (22 ao todo) são contratados celetistas, via Caixa Escolar. Há um estímulo para que, aqueles que ainda não o fizeram, terminem a educação básica.

### **3. CURRÍCULO ESCOLAR**

Em novembro de 2003, o coletivo da EMCLS promoveu o seu 1º seminário sobre a EJA, quando foram buscadas experiências de outras instituições congêneres da Rede Municipal, devidamente assessorados por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, por professores do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – CAPE/Secretaria Municipal de Educação, entre outros estudiosos ligados à educação de jovens e adultos. Tal seminário foi um marco importante para a discussão, o estudo e a fundamentação que subsidiaram a reconstrução do projeto político-pedagógico, trabalho que se estendeu por todo o primeiro semestre de 2004.

O parecer CNE/CEB 11/2000 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000) proporciona o suporte teórico e legal que permeiam o trabalho da EMCLS. Ele apresenta três funções da Educação de Jovens e Adultos: reparadora, equalizadora e qualificadora. As funções reparadora e equalizadora da EJA instituem o princípio de igualdade de todos perante a lei, garantindo-se o acesso e a permanência escolar, principalmente dos excluídos.

A função qualificadora indica que a EJA poderia proporcionar às pessoas empregadas, sem emprego ou em ocupações subvalorizadas, um lugar de capacitação para o mundo do trabalho, considerando todas as experiências trazidas por elas.

Ao longo dos anos, então, a EMCLS encaminha sua prática dentro do tripé “Trabalho – Sustentabilidade – Patrimônio”. Permeiam esses três eixos a questão da escrita e da leitura, do mundo do trabalho e da inclusão. A cada semestre são escolhidos temas de relevância para a formação discente, que estejam em discussão na mídia e/ou que exijam novas posturas e

necessidades relacionadas ao homem e ao cidadão, tais como os referentes ao mundo do trabalho, aos direitos humanos e das minorias, aos avanços tecnológicos, à problemática ambiental e sustentabilidade, dentre outros. É um “currículo sem fronteiras”, conforme aponta Lopes (2006).

Espera-se que, com o estudo dos temas referidos, os alunos da EMCLS sejam capazes de se incluir neste mundo globalizado de forma participativa e crítica, contribuindo para a construção de uma sociedade melhor.

É preciso destacar que a atuação da Secretaria Municipal da Educação (SMED) e de outras entidades públicas junto à EMCLS é fundamental para sua plena realização como escola inclusiva. Sabe-se que construir, cotidianamente, uma proposta de organização e atuação para a EJA implica, mais do que nunca, o reconhecimento da diversidade dos educandos e a elaboração de estratégias e espaços formadores que propiciem o acesso ao conhecimento formal, à valoração de saberes sociais, ao reconhecimento da diversidade cultural e ao estabelecimento de trocas formativas entre os educandos da Escola (DOURADO e OLIVEIRA, s/d). Este projeto é um desafio aos profissionais da educação e à instituição no sentido de não só aceitar essa diversidade, como atendê-la na expectativa de quem procura, na EJA, oportunidade de acolhimento, reconhecimento, formação e acesso ao conhecimento formal.

De forma geral, uma das competências sociais da escola é a de instrumentalizar o aluno para que possa compreender os desafios do mundo, assumindo um posicionamento crítico em relação a eles como indivíduos e cidadãos (CAVALIERE, 2007). Nesse contexto, a EJA – entendida como um direito, uma condição e uma consequência de exercício pleno da cidadania – deve garantir a seu público uma formação que permita a efetiva compreensão e inserção na ordem social. Isso significa dizer que a modalidade deve se caracterizar por uma formação qualificada, que elimine lacunas nas aprendizagens escolares básicas e que se pautem por princípios relacionados à educação continuada.

Sem se constituir em um processo compensatório ou apenas de recuperação de um tempo perdido, deve promover naqueles a quem acolhe a afirmação da identidade e a construção de projetos de vida, promovendo nos alunos capacidades que visem a construção de capacidades para a autonomia

e o desenvolvimento integral, sendo eles a resolução de conflitos, a articulação de propostas em prol da qualificação profissional e a capacitação para construir conhecimentos, lógicas e técnicas do seu interesse.

Observando o perfil do alunado da EMCLS, percebe-se que seus jovens e adultos procuram a escola principalmente focados no mercado de trabalho, seja no seu ingresso, na melhoria de condições ou na ampliação de possibilidades para se manter nele (no caso daqueles já empregados) ou na busca de novas alternativas para a geração de renda. Desse modo, as ações de qualificação social e profissional são implementadas problematizando-se o mundo do trabalho, articulando as áreas do conhecimento com as dimensões formadoras do mundo adulto, respeitando-se a diversidade de interesses e experiências dos alunos.

Algumas parcerias são firmadas levando-se em consideração as possibilidades, necessidades e interesses em cada etapa de um projeto de trabalho. Outras, como o poder público e entidades sem fins lucrativos, movimentos sociais e organizações não governamentais, sindicatos de trabalhadores e/ou patronais, associações de classe e empresas públicas e/ou privadas, dentre outros que apresentem projetos especiais de qualificação, dando suporte à proposta da EJA como um todo, acontecem ao longo de todo o ano.

Nessa linha de trabalho, a organização dos conhecimentos e saberes na EMCLS tem como base as dimensões curriculares formuladas pela SMED (BELO HORIZONTE, 2012) para os sujeitos jovens e adultos, contemplando: (1) Corporeidade; (2) Diversidade nas relações sociais; (3) Espaço e Cidade; (4) Expressões Artísticas; (5) Formação Cidadã; (6) Linguagens; (7) Tempo e Memória; (8) Trabalho. Essas dimensões estão articuladas com as áreas do conhecimento, a saber: Ciências Exatas e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Linguagens, códigos e suas tecnologias, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997).

Além das dimensões formadoras e áreas do conhecimento, estão previstas no Plano Curricular do Ensino Médio, as disciplinas obrigatórias: Língua Portuguesa, Educação Física, Matemática, Geografia, História, Biologia, Química, Física, Arte, Literatura, Língua Estrangeira Moderna (Inglês), Filosofia

e Sociologia. No Ensino Fundamental, as disciplinas: Língua Portuguesa, Educação Física, Matemática, Geografia, História, Ciências, Arte, LEM(Inglês) e Informática. Todas elas disciplinas curriculares obrigatórias, conforme o Art. 210 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), e os Art. 26 (parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º) e 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - DBEN 9394/96 (BRASIL, 1996). Constitui, ainda, como conteúdo curricular, o trabalho com a História e cultura africana, a afro-brasileira e a indígena, as relações de gênero e diversidade sexual e diversidade geracional (BRASIL, 1988).

Complementando o currículo básico, a EMCLS oferece aos alunos oficinas de produção teatral, musical, fotografia, cestaria e uso de materiais recicláveis. Para assessorar o trabalho pedagógico, conta com projetos de intervenção em leitura e escrita e numeramento.

Também são oferecidas atividades externas diversificadas (visitas monitoradas, experimentações, participação em eventos educativos culturais e esportivos), participação em exposições, feiras e concursos, visitas ao patrimônio municipal e intermunicipal (museus, cidades históricas, etc.), realizar visitas orientadas às entidades responsáveis pela legislação, execução e garantia de direitos e pela execução de serviços públicos. Desse modo, são atendidas as propostas de trabalho, sustentabilidade e patrimônio, pilares que sustentam a proposta da EJA na escola.

## **4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

### **4.1 Organização e duração do curso**

A Educação de Jovens e Adultos da EMCLS atende à educação básica, da alfabetização ao ensino médio, tendo como referência o total de 2.880 horas de efetivo trabalho com o aluno. O tempo mínimo para certificação dos alunos será de 240 horas tanto para o Ensino Fundamental, quanto para o Ensino Médio, de acordo com avaliação do Conselho de Classe.

O Ensino Fundamental é ministrado em um ciclo único com carga horária total de referência de 1.920 horas. O Ensino Médio, também, é ministrado em um único ciclo, com carga horária total de referência de 960 horas, incluindo-se neste total a carga horária correspondente à qualificação profissional ofertada

através de parcerias estabelecidas entre o governo federal, estadual e municipal e outras da iniciativa privada. As horas de qualificação profissional são computadas na carga horária total de direito do aluno.

#### **4.2 Corpo Docente**

A constituição da jornada de trabalho do professor observa as definições legais do município de Belo Horizonte, bem como as demandas da escola definidas coletivamente. É de fundamental importância a formação de coletivos de trabalho que permitam a realização do planejamento e o desenvolvimento adequado das propostas e projetos pedagógicos.

A carga horária semanal do professor é de 22h e 30 minutos, sendo 2h e 30 minutos de recreio e as demais distribuídas entre horas de regência (12h), de Atividade Coletiva de Planejamento e Avaliação do Trabalho Escolar (ACPATE -4h) e de projetos específicos/formação (4h).

#### **4.3 Carga horária do aluno e frequência**

Tendo em vista o perfil dos discentes e os objetivos da Escola Municipal Caio Líbano Soares, cada turno trabalha, diariamente, com três horas de aula e mais trinta minutos de recreio. As aulas são ministradas de segunda a quinta-feira. As sextas-feiras são destinadas a atividades de formação e aperfeiçoamento da prática docente. Os alunos, então, contam com um período livre para desenvolverem sua prática escolar com maior autonomia, tendo disponíveis o laboratório de informática, a biblioteca, as salas de aula e demais equipamentos da Escola.

Levando em consideração o perfil dos alunos da EJA, as faltas e atrasos são administrados de modo peculiar. Muitos são os contratemplos enfrentados por eles ao longo do curso, sejam de ordem pessoal ou laboral, exigindo sua ausência periódica ou seu afastamento por um período de tempo maior. Entretanto, o compromisso e a valorização de sua vida escolar não podem ficar em segundo plano.

No caso de afastamentos temporários da Escola, o aluno deve justificar sua ausência mediante documento escrito encaminhado à Coordenação da Escola. As faltas podem ser justificadas com trabalhos pedagógicos orientados por seus professores, para serem realizados durante sua ausência. Esses alunos são avaliados pelo Conselho de Classe como os demais alunos frequentes. Tal prática pode ser levada a cabo devido à idade dos alunos, cuja opção pela escolarização é uma vontade própria. Concluir seus estudos de modo satisfatório depende de sua responsabilidade e envolvimento no processo como um todo.

Não se pode seguir a mesma proposta, entretanto, com os alunos menores de idade. Nos casos de ausência injustificada faz-se necessária a comunicação às famílias ou aos responsáveis, de forma a assegurar o retorno do aluno, de acordo com a legislação em vigor e o Regimento Escolar.

Ainda assim, há casos em que o aluno se ausenta por 51 (cinquenta e um) dias consecutivos, sem justificativa, mesmo com todo o acompanhamento da frequência realizado pela escola, pelo Família-Escola (setor responsável por auxiliar a escola no acompanhamento da frequência e de fazer a mediação com o Conselho Tutelar) e pelo Conselho Tutelar. Nesse caso (total de 51 faltas ou mais) sua matrícula será cancelada permitindo o acesso à vaga a outro cidadão.

#### **4.4 Espaços físicos e sua utilização**

A escola compartilha com as demais instâncias do CEPVV (já citadas anteriormente) os espaços da cantina e refeitório de alunos, e ainda dois auditórios, dois anfiteatros, ginásio coberto e quadra externa para práticas educativas, esportivas e recreativas.

Estes espaços são compartilhados por meio de horários pré-definidos, contemplando a todas as turmas da EMCLS e da EMSA. Já o laboratório de informática é de uso exclusivo da Caio Líbano, inclusive atendendo aos alunos fora de seu horário escolar, para complementação das atividades, pesquisas, etc.

As turmas externas, como a própria denominação sugere, não se localizam no mesmo prédio, mas sim nas dependências da Igreja Universal do Reino de Deus na Av. Olegário Maciel.

## 5. PROCESSOS DE DECISÃO

Autonomia não significa uniformização. A autonomia admite a diferença e, por isso, supõe a parceria. Só a igualdade na diferença e a parceria são capazes de criar o novo. Por isso, escola autônoma não significa escola isolada, mas em constante intercâmbio com a sociedade. Nesse momento, lutar por uma escola autônoma é lutar por uma escola que projete, com ela, uma outra sociedade. Pensar numa escola autônoma e lutar por ela é dar um sentido novo à função social da escola e do educador que não se considera um mero cão de guarda de um sistema iníquo e imutável, mas se sente responsável também por um futuro possível com equidade. (GADOTTI, 1993, pp.47,48)

Na EMCLS todo o processo político e pedagógico escolar pauta-se por princípios democráticos, discutido e avaliado em várias instâncias (coletivo de professores e alunos), Colegiado Escolar (que se reúne pelo menos uma vez por mês) e Assembleia Escolar (que se reúne ordinariamente quatro vezes por ano).

No âmbito administrativo, a EMCLS é composta de Direção e Coordenação Pedagógica, Colegiado Escolar, Assembleia Escolar, Conselhos de Classe e de Turma, Secretaria e Caixa Escolar, cuja constituição e atribuições estão previstas no Regimento Escolar.

Nesse sentido, a administração escolar é, atualmente, vista por alguns como *mediação*, ou seja, como elemento mediador entre os recursos diversos existentes na instituição escolar (humanos, financeiros, materiais, pedagógicos, entre outros) e a busca dos seus objetivos (a formação cidadã). (DOURADO, s/d p.4)

### 5.1 Direção e Coordenação Pedagógica

A Direção e a Coordenação Pedagógica são constituídas por Diretor, Vice-Diretor e Coordenadores que, de forma direta ou indireta, responsabilizam-se pelo funcionamento da Escola nos planos administrativo, jurídico e pedagógico.

O Diretor e o Vice-Diretor são escolhidos por eleição direta, pela comunidade escolar. A Coordenação Pedagógica, por sua vez, é eleita pelo grupo de professores, atendendo a critérios pré-definidos pelo coletivo.

## **5.2 Conselhos de Classe e Conselhos de Turma**

O Conselho de Classe é constituído pelos professores da turma e dirigido pelos Coordenadores Pedagógicos. Esse conselho reúne-se a cada dois meses para definir as propostas pedagógicas, acompanhar o desenvolvimento do processo educacional e avaliá-lo, redirecionando-o, sempre que necessário. Também são de exclusiva competência desse Conselho o preenchimento das fichas de avaliação dos alunos e as definições quanto à classificação, reclassificação e certificação dos mesmos. Para que as decisões do Conselho de Classe sejam validadas, é necessária a presença de 50% mais um dos seus membros.

O Conselho de Turma envolve alunos e professores e é dirigido pela Coordenação Pedagógica. Reúne-se, quando se faz necessário, para levantar as dificuldades e redimensionar o trabalho pedagógico. É um momento em que alunos e professores podem dialogar sobre a prática escolar, de forma equânime, buscando soluções conjuntas para os problemas enfrentados.

## **5.3 Conselho Escolar e Assembleia Escolar**

A Assembleia Escolar é a instância máxima de deliberação da administração escolar. Dela participa toda a comunidade escolar. Reunindo-se ordinariamente quatro vezes por ano, conforme calendário escolar, dentro dos limites legais, a Assembleia legitima e decide os rumos da unidade educacional.

Na primeira assembleia do início do mandato da nova Direção, na qual se reúnem integrantes de todos os setores da comunidade (professores, direção, coordenadores, funcionários, pais e alunos) estes se oferecem para ocupar os cargos de membro e suplente de cada setor, passando em seguida por eleição entre todos os presentes.

O Conselho Escolar é composto por representantes de vários segmentos da comunidade escolar, efetivos e suplentes. São, portanto, dois

representantes da comunidade, dois representantes das famílias, quatro representantes do corpo discente, dois representantes de servidores da educação (funcionários concursados, quando houver); dois representantes de funcionários (contratados pela Caixa Escolar), quatro representantes do corpo docente, além do Diretor que é, obrigatoriamente, o Presidente do Conselho.

Desde então, o Conselho Escolar reúne-se mensalmente (ou extraordinariamente, conforme a necessidade), de acordo com data previamente estabelecida junto com o calendário escolar. Ainda assim, os membros são comunicados por escrito, com antecedência. Exercendo todas as suas funções, sejam elas “deliberativas”, “consultivas”, “fiscais” e/ou “mobilizadoras”, segundo Navarro (2004, apud Dourado s/d), conforme o caso em pauta.

Por meio dele, todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros tornando este coletivo não só o canal de participação, mas também um instrumento da gestão da própria escola. (GERIR, 2002, p.21)

O Conselho Escolar é, portanto, um órgão que possibilita garantia da gestão democrática da escola, discutindo e problematizando não apenas os aspectos administrativos e financeiros, mas também os pedagógicos, além da articulação com a comunidade.

#### **5.4 Secretaria Escolar**

A Secretaria Escolar é encarregada da execução de todos os procedimentos pertinentes à legislação de ensino e à escrituração escolar ficando sob a responsabilidade do Secretário, cargo de confiança da Direção. O Secretário Escolar, devidamente autorizado pelas instâncias de regulação da educação, é um dos sujeitos fundamentais para o funcionamento escolar.

A secretaria e seu signatário desempenham papel fundamental na organização e administração da EMCLS. Em consonância com a Direção, cabe à Secretaria planejar e dirigir, avaliar e controlar as atividades tais como: (a) zelo pela guarda e sigilo dos documentos escolares; (b) simplificação dos processos e métodos de trabalho, mantendo em dia a escrituração, arquivos,

fichários, correspondência escolar e o resultado das avaliações dos alunos; (c) manutenção atualizada do arquivo de Legislação e os documentos da escola, inclusive dos ex-alunos; (d) documentação, fluxo de pessoal e pagamento dos servidores concursados.

A EMCLS possui sua rede de planejamento e informação devidamente informatizada. Usando dos recursos tecnológicos, facilita-se o trabalho da escrituração e fornecimento dos documentos e processos: (a) Declaração Escolar; (c) Histórico; (c) Certificado de Conclusão e diploma; (d) Matrícula e transferência; (e) Processos de avaliação.

Todo o processamento de informações e decisões da Secretaria Escolar é pautado pelos princípios legais da educação nacional. O trabalho é inspecionado pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (Gerência de Organização e Funcionamento Escolar; Gerência de Pessoal e Gerência de Educação da Regional Centro Sul).

## **5.5 Caixa Escolar**

(...) ao defendermos a autonomia da escola, estamos defendendo que a comunidade escolar seja independente e tenha liberdade para coletivamente pensar, discutir, planejar, construir e executar o projeto político-pedagógico almejado pela comunidade. No entanto, mesmo tendo essa autonomia, a escola está subordinada ao Sistema Nacional de Educação, às normas gerais do sistema de ensino e às leis que o regulam, não podendo, portanto, desobedecer-lhes. (DOURADO, s/d, p.1)

A Caixa Escolar tem a seguinte constituição: Presidente e Vice Presidente; Tesoureiro; Secretário e Conselho Fiscal. Excetuando-se o cargo de Presidente, que obrigatoriamente deve ser o Diretor da unidade de ensino (no caso a EMCLS), os demais cargos são eleitos em assembleia, seguindo o mesmo processo de constituição do Conselho Escolar. Além destes, atualmente as escolas da PBH contam com a função de Gestor Financeiro e Administrativo, responsável por toda a parte fiscal, financeira e de prestação de contas junto à SMED.

Os membros da Caixa Escolar não se reúnem, especificamente. Os gastos são definidos nas reuniões do Conselho e, com base nestas escolhas, o

gestor executa as ações previstas. Após todo esse processo, o Presidente, o Tesoureiro e o Conselho Fiscal fiscalizam e aprovam (ou não) os gastos.

A EMCLS conta com subvenções financeiras dos fundos municipais e federal, a saber: (a) subvenção regular (para despesas ordinárias e apoio ao estudante); (b) subvenção do Projeto de Ação Pedagógica (PAP) – para desenvolvimento de projetos de formação docente e oficinas para os discentes e que diversifiquem o currículo escolar, previamente apresentadas e definidas em assembleia com o coletivo; (c) subvenção de pessoal (para custeio dos funcionários da Caixa Escolar, celetistas); (d) Obras (para execução de reformas e obras que não custeadas por outros órgãos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte); (e) PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola (custeio e manutenção materiais para a consecução dos objetivos escolares). Todas as subvenções são mantidas pelo cofre do município, exceto o PDDE – verba federal – que abrange várias frentes de apoio financeiro à prática escolar.

## **6. RELAÇÕES DE TRABALHO**

A escola não é uma ilha. Nela eclodem diferentes faces das mazelas sociais e humanas. As subjetividades estão expostas favorecendo o aparecimento das diferenças e das divergências. Num átimo, aparecem os conflitos nas relações interpessoais.

Como em qualquer outro lugar, na EMCLS, a gestão das relações é um desafio. A todo o momento demanda-se a articulação de forças para manutenção dos interesses. Diante do conflito, evoca-se o Regimento Escolar, a reflexão sobre as questões do direito e do dever; busca-se uma conscientização do papel do educador, do servidor e do educando.

No processo de conciliação, muitas vezes de tomada de decisão, o coletivo é remetido para o entendimento das micro relações de poder que perpassam as relações escolares, sem se ater apenas aos aspectos legais. A lei é importante, mas se torna ineficaz se não se levar em conta que se lida com gente, com pessoas, que merecem ser escutados em suas demandas.

Aposta-se, na E.M. Caio Libano, na democratização das relações de trabalho, tendo na pedagogia dialógica sua principal ferramenta para enfrentar

oposições de interesses. A participação é um requisito essencial para o exercício da democracia; daí a necessidade de se investir em grupos de conversações com professores, alunos, funcionários e servidores, família e segmentos sociais. São grupos que se reúnem esporadicamente (sem data previamente estabelecida) para tratar de assuntos de interesse da comunidade escolar, independente do papel que ocupam na escola.

São necessárias firmeza e suavidade, buscando a eliminação do autoritarismo centralizado. A diminuição da divisão de trabalho reforça as diferenças e o distanciamento em relação, principalmente, à comunidade; surge daí a necessidade de se investir em relações mais horizontais, diluindo-se o binômio dirigente/dirigido. Ratificando Japecanga (s/d), há de se apostar na unidade das relações sem se pasteurizar, preservando as individualidades. Em um processo pedagógico democrático, a participação efetivados diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, torna-os sujeitos autores do pacto das relações.

Neste sentido, na EMCLS, busca-se a atenção e o enfrentamento de toda e qualquer manifestação de preconceito (raça, cor, gênero e/ou orientação sexual), num processo de convivência, de socialização e de reconhecimento por parte de toda a comunidade escolar dos direitos das minorias a uma vida digna e a um processo de formação escolar pautado pelos princípios da ética e do respeito.

## **7. AVALIAÇÃO ESCOLAR**

Qual o objetivo da avaliação escolar e institucional? Souza (2005) diz que a avaliação (em particular a avaliação institucional) serve para explicar os resultados da avaliação da aprendizagem. O autor aponta ainda para o desenvolvimento do aluno em relação à democratização da gestão escolar. Este é um indicador de qualidade do ensino.

Uma escola que divulga suas reuniões, que pontua as prioridades e metas a serem cumpridas, que verifica e socializa o destino dos recursos recebidos pela escola, que se pauta pela norma e pela lei, oferece indicativos

de qualidade para o desenvolvimento dos processos pedagógicos e da avaliação dos mesmos. Este é um viés da gestão democrática, apregoado por Cury (2006) e apontado por Souza (2005), que indica possibilidades e caminhos para a ampliação da democracia na educação.

Instituições de ensino que ampliam sua democracia através destes atos ou de outros formalmente claros, possibilitarão uma organização que favorecerá a democracia escolar, em cujo pressuposto se verifica a participação, a opinião, o respeito mútuo e a credibilidade no trabalho escolar.

### **7.1 Concepção, processo e instrumentos de avaliação**

De Navarro (2004) e Souza (2005), lança-se a pergunta: a avaliação é um processo ou um produto? Este é um ponto de reflexão para a prática avaliativa. A avaliação é processual e contínua, o seu objetivo é acompanhar o processo e redimensioná-lo, sempre que necessário.

Imbricada à dimensão social está a dimensão pedagógica da avaliação. Tanto as avaliações globais internas como as externas, como o Avalia BH EJA – hoje, o único instrumento de avaliação externa para a educação de jovens e adultos do sistema municipal de educação de Belo Horizonte –, tem por objetivo fornecer aos professores e aos alunos informações sobre o processo de ensino-aprendizagem das turmas de EJA. Aqui, reafirma-se o papel das avaliações externas: parâmetros que possibilitam avaliar o trabalho realizado pelo corpo docente e pelo corpo discente, favorecendo o aparecimento de propostas de intervenção nos métodos e processos escolares, buscando-se a qualidade social da educação.

Na prática avaliativa da EMCLS procura-se garantir a clareza dos objetivos. Todos os instrumentos de avaliação – tanto os internos, quanto os externos – são entendidos como um conjunto de aferições feitas no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, que servirão para norteá-lo ou redirecioná-lo, apontando os pontos negativos e positivos da prática docente, possibilitando novas estratégias para que os objetivos sejam atingidos.

Levando-se em consideração as subjetividades dos alunos, são adotados diferentes modelos de avaliação: prova objetiva, prova dissertativa,

seminários, trabalhos em grupo, debates, relatórios individuais, auto-avaliação, observação, conselhos de classe e portfólio, possibilitando ao aluno demonstrar seu potencial.

A conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio ocorre ao final do período de trabalho previsto e observadas as habilidades, as competências e as aprendizagens adquiridas pelos educandos. Não há um período específico para que se encerre cada ciclo. Baseia-se nas avaliações qualitativas e quantitativas de cada aluno individualmente. Para isso, o Conselho de Classe deve manifestar-se formalmente, levando em consideração a solicitação do aluno, o seu desenvolvimento global e as habilidades e competências adquiridas pelo mesmo. Além disso, observa-se o cumprimento da carga horária mínima de 240 horas pelo educando.

## **7.2 Avaliação do projeto, do corpo docente e da escola**

A avaliação da atuação docente leva em conta o envolvimento dos professores com os projetos de trabalho e os processos vivenciados e tem como objetivo geral o pleno desenvolvimento do projeto institucional da Escola (SOUZA, 2005). Outros fatores são observados de acordo com as orientações da política de avaliação dos servidores municipais emanadas da Secretaria Municipal de Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Esta avaliação é uma das dimensões do plano de carreira dos servidores do município.

Tanto no âmbito interno, quanto no externo, a avaliação aponta encaminhamentos. Um deles diz respeito à formação continuada dos professores e servidores da educação. Souza (2005) referenda esta atitude em seus estudos sobre avaliação institucional, tomando-se a avaliação da escola como instituição.

O autor Paulo Freire (1991, p. 68) afirma que "ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática". Ainda seguindo o viés da reflexão sobre a prática, Nóvoa (1992, p. 27) marca a valorização dos "paradigmas de formação que promovam a preparação de

professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional". Aponta ainda para o protagonismo do professor na implementação das políticas educativas. Tais premissas também balizam o pensamento de Demo (1992) e estudos de Masetto (1994).

Diante deste quadro conceitual, apontamos alguns princípios e/ou características que permeiam a formação docente, tão desejável na EMCLS:

- Professor pesquisador: - inquietação, curiosidade e pesquisa: a formação do professor pesquisador, entendendo-se que o conhecimento não está acabado e que o saber docente provem da experiência, da pesquisa e da reflexão sobre a mesma. Tem-se, pois, aqui, a abertura para uma formação continuada na prática e na reflexão sobre a prática, além de ver o professor como autor de seu projeto de formação (DEMO, 1992);
- A relação com o conhecimento: - entender o domínio de cada área específica e percepção do lugar desse conhecimento específico num ambiente mais geral, superando a fragmentação do conhecimento, buscando o inter-relacionamento dos saberes e à interdisciplinaridade. A busca de uma formação continuada que, além de reforçar ou proporcionar os fundamentos e conhecimentos de sua disciplina, mantenha o professor constantemente a par dos progressos, inovações e exigências dos tempos modernos. Portanto, é fundamental ancorar no coletivo a construção do projeto político-pedagógico (OLIVEIRA, s/d);
- Identificação, exploração e respeito aos novos espaços de conhecimento: - a identificação e a apropriação do patrimônio sociocultural e ambiental, além das possibilidades das ciências da comunicação e informação, apropriando-se de novas ferramentas de pesquisa e construção do saber;
- Por último, explicitando, aponta-se o trabalho coletivo.

Em suma, a avaliação institucional deve primar pela ruptura com o individualismo pedagógico, em que o trabalho e a reflexão em equipe se tornam necessários; a análise científica da prática; e um profissionalismo

aberto, em que o ato de ensino seja precedido de pesquisa e diálogo entre os parceiros interessados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Toma-se como princípio do Projeto Político e Pedagógico a natureza do inacabado e da incompletude, passível de mudanças e de alterações. O PPP pode ser entendido como o grande gestor da escola; porém, o coletivo escolar deve cuidar para que ele não elimine a subjetividade, a singularidade de seus sujeitos. Ao mesmo tempo em que o PPP é tomado como marco que direciona as ações políticas e pedagógicas, ele tem que ser tomado também como elemento e processo que abarca e canaliza o potencial criativo dos atores escolares.

Na ordem das incertezas que caracteriza a sociedade moderna, há sempre a emergência do novo; sempre há algo a ser produzido, a ser elaborado. Pensando-se o PPP enquanto documento e processo, o projeto deverá adequar-se à realidade da escola e, concomitantemente, às mudanças da sociedade em que esta está inserida. Trata-se de um documento importante da prática escolar, ao mesmo tempo norteador e termômetro.

Ao se chegar ao desenho final deste texto, atina-se para um novo fator da ordem da legalidade que é o trato com a diversidade étnico-racial apontada no XII princípio da LDB 9394/96. Embora a temática esteja apontada e discutida nos fóruns pedagógicos da EMCLS, com formação de professores e alunos, a partir de 2013, ela passa a ser amparada pela Lei nº 12.796. A diversidade deverá ganhar um novo espaço no currículo escolar, traduzindo em ações de informação e formação estudantil. É uma exigência da sociedade, um dever do estado, uma ação escolar.

Para além da diversidade, há de se ressaltar que há muito o que se fazer no sentido de promover a aproximação de todos os setores envolvidos na dinâmica escolar, buscando a participação efetiva no processo decisório, ampliando a força do Conselho Escolar.

Outro fator é o entendimento da educação de jovens e adultos como política de inclusão social. É preciso investir em parcerias que tornem o processo de engajamento dos jovens e adultos na dinâmica da cidade cada vez mais efetiva e eficaz para ambos, nos campos sociais, culturais e de produção econômica. A democratização do ensino é uma forma de se garantir o direito à educação, fazendo com que cada jovem e adulto, homens e mulheres, sejam sujeitos de sua vida, no reconhecimento da escola como espaço republicano, público, de todos, desenvolvendo ações que possibilitem o avanço da unidade escolar, tendo como importante marco referencial o projeto social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. **A Prática dos Quatro Pilares da Educação na Sala de Aula**. Belo Horizonte: Vozes, 2010.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. [s.d.]. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4628/5594/31604/O\\_projeto\\_politicopedagogico\\_no\\_contexto\\_da\\_gestao\\_escolar\\_AZEVEDO\\_Janete\\_Maria\\_Lins\\_de.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4628/5594/31604/O_projeto_politicopedagogico_no_contexto_da_gestao_escolar_AZEVEDO_Janete_Maria_Lins_de.pdf) Acesso em 29/06/2014.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Educação básica de jovens e adultos**: relatos de uma nova prática. Belo Horizonte: SMED, 1996. (Reflexões sobre a prática pedagógica na Escola Plural, 3 )

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Educação Básica de Jovens e Adultos**: algumas orientações para a organização escolar em 1998. Belo Horizonte: SMED, 1998.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação – SMED. **Versão Preliminar das Proposições Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: SMED, 2012. Edição eletrônica interna para leitura. Disponível em: <https://intranet.educacao.pbh/publicacao/vers%C3%A3o-preliminar-dasproposi%C3%A7%C3%B5es-curriculares-para-educa%C3%A7%C3%A3o-dejovens-e-adultos-da-rede>. Acesso em 28/06/2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9394**, de 1996. Brasília: Congresso Nacional, dez. 1996 (Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional).

BRASIL. **Lei no. 12.796**, de 04 de abril de 2013. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos: 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação de Jovens e Adultos**. Proposta Curricular – 1º segmento – Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação de Jovens e Adultos**. Ensino *Fundamental – Proposta Curricular – 2º segmento*, vol. 1, 2 e 3 – Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Portal do Trabalho e do Emprego**. Disponível em [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em 30/06/2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12657%3Aparametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12657%3Aparametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859). Acesso em 16/07/2014.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em 20/07/2014.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **Resolução nº 001 de 05/06/2003** (Regulamenta a Educação de Jovens e Adultos – EJA no Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte). Belo Horizonte: CME, 2003.

CURY, C. R. Jamil. **O direito à educação**: um campo de atuação do gestor. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

DOURADO, Luiz F. [et al.](s/d) **Autonomia decretada e autonomia constituída.** Disponível

em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/36505/Autonomia decretada e autonomia constituída Joao Ferreira de Oliveira Karine Nunes de Moraes Luiz Fernandes Dourado.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/36505/Autonomia%20decretada%20e%20autonomia%20constituída%20Joao%20Ferreira%20de%20Oliveira%20Karine%20Nunes%20de%20Moraes%20Luiz%20Fernandes%20Dourado.pdf) Acesso em: 15/08/2014.

\_\_\_\_\_. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática.** Disponível em:

[http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/36495/Organizacao da Educacao Escolar no Brasil na Perspectiva da Gestao Democratica Joao Ferreira de Oliveira Karine Nunes de Moraes Luiz Fernandes Dourado.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/36495/Organizacao%20da%20Educao%20Escolar%20no%20Brasil%20na%20Perspectiva%20da%20Gestao%20Democratica%20Joao%20Ferreira%20de%20Oliveira%20Karine%20Nunes%20de%20Moraes%20Luiz%20Fernandes%20Dourado.pdf). Acesso em: 15/08/2014.

\_\_\_\_\_. **Conversando um pouco mais sobre o Conselho Escolar.**

Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/38199/conversando mais um pouco sobre o conselho escolar.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4644/5613/38199/conversando%20mais%20um%20pouco%20sobre%20o%20conselho%20escolar.pdf). Acesso em: 15/08/2014.

ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Curso de Especialização em Gestão Escolar 2014.** Pólo de Belo Horizonte. Sala Ambiente Fundamentos do Direito à Educação. Atividade 1 - Unidade I - A Educação como Direito: questões envolvidas com base em uma abordagem histórica. <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/direito/atividades.htm>. Acesso em 30/04/2014.

ESCOLA MUNICIPAL CAIO LÍBANO SOARES. **Projeto Político Pedagógico.** Belo Horizonte: EMCLS, 1992 (Documento de circulação interna).

ESCOLA MUNICIPAL CAIO LÍBANO SOARES, **Projeto Político Pedagógico.** Belo Horizonte: EMCLS, 1999 (Documento de circulação interna).

FREIRE, Madalena. A Formação Permanente. In: Freire, Paulo: **Trabalho, Comentário, Reflexão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã.** São Paulo: Cortez Editora, 1993.

GERIR, Salvador, v. 8, n. 25, p. 10-47, mai./jun. 2002. **Colegiado/Conselho Escolar: aprimorando a qualidade da escola pública**. Disponível em: <http://www.liderisp.ufba.br/modulos/conselho.pdf>. Acesso em 24/08/2014.

GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Pará. Centro de Ciências Humanas e Educação da UNAMA. 2001. Capítulos 2, 3 e 4. Disponível em <[http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/gestao\\_escolar\\_e\\_o\\_processo\\_de\\_tomada\\_de\\_decisao.pdf](http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/gestao_escolar_e_o_processo_de_tomada_de_decisao.pdf)> Acesso em 30/07/2014.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)**. Brasília: INEP: 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/encceja/encceja>. Acesso em 01/08/2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica**. [s/d]. Disponível em: <http://www2marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em 30/07/2014.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, p. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: [http://www.curriculosem\\_frenteiras.org/vol6iss2articles/Lopes.pdf](http://www.curriculosem_frenteiras.org/vol6iss2articles/Lopes.pdf). Acesso em 14/07/2014.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Pós-Graduação e formação de Professores para o 3º Grau**. São Paulo: 1994 (mimeo).

MELLO, Guiomar Namó de. **Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. São Paulo: Cortez, 1994.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. **Legislação Escolar**, vol. 1 e 2. Belo Horizonte: SEEMG, dez 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB 11/2000** (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos). Brasília/DF: CNE/CEB, 2000 Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf). Acesso em 16/07/2014.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto**. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII). Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4649/5618/33494/Avaliacao\\_-\\_o\\_processo\\_e\\_o\\_produto.pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/96/moddata/data/4649/5618/33494/Avaliacao_-_o_processo_e_o_produto.pdf). Acesso em 30/07/2014.

NÓVOA, Antônio (org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

\_\_\_\_\_. **Profissão Professor**. Portugal: Porto Editora, 1991.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. In: Escola de Gestores da Educação Básica. **Curso de Especialização em Gestão Escolar 2014**. Pólo de Belo Horizonte. Sala Ambiente Projeto Vivencial. Biblioteca da Sala Ambiente Projeto Vivencial. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/direito/atividades.htm>. Acesso em 15/04/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Planejamento e trabalho coletivo. In: **Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública**. Caderno 1. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p.

